

Avaliação da Graduação Tecnológica em Gestão Pública e Gestão Social da UFBA: contribuições a partir da análise do projeto político pedagógico

EVALUATION OF UNDERGRADUATE COURSE IN PUBLIC AND SOCIAL MANAGEMENT OF UFBA: CONTRIBUTIONS FROM THE EDUCATIONAL PROJECT ANALYSIS

Leandro Domingues dos Santos¹

RESUMO

Este artigo tecnológico pretende contribuir para a construção e afirmação do perfil do gestor egresso do curso de Graduação Tecnológica em GP & GS da UFBA e foi desenvolvido a partir da análise de dados da pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso com olhar voltado para a formação, seus desafios e possibilidades. O principal objetivo é o confronto entre o projeto-político-pedagógico idealizado, a expectativa inicial dos ingressos e a capacidade de intervenção no perfil dos gestores egressos ocorrida no processo de formação. Apresenta possibilidades e/ou oportunidades de melhoria no processo de formação do gestor público e gestor social que a sociedade demanda a partir do olhar do discente.

Palavras chaves: avaliação, formação, perfil profissional

ABSTRACT

This article aims to contribute to the technological construction and affirmation of the egress manager profile graduate course Technology in GP & GS of the university and was developed from the analysis of survey data for the End of Course Work to look toward the formation, its challenges and possibilities. The main objective is the confrontation between the political-pedagogical project-designed, the initial expectation of income and ability to intervene in the profile of management graduates occurred in the training process. Presents possibilities and / or opportunities for improvement in the process of formation of public and social manager manager that society demands from the standpoint of the student.

Keywords: assessment, training, professional profile

1. Tecnólogo em Gestão Pública e Gestão Social pela UFBA e pesquisador do Observatório da Formação em Gestão Social.

INTRODUÇÃO

O momento atual brasileiro é marcado por tentativas de diminuir as desigualdades sociais, vide a história recente a mudança de tendência positiva colhida pelo coeficiente de GINI. O desafio de acelerar as mudanças deste cenário é complexo devido ao contexto de contrastes políticos e culturais. Mudanças importantes são sentidas na sociedade, marcadas pela proliferação de organizações sem fins lucrativos, mas com gestão privada e fins públicos. Este cenário pode ser caracterizado pela integração de papéis entre as organizações e o Estado, do mercado e da sociedade, ampliando-se a consciência de que os desafios da atualidade somente podem ser enfrentados através da cooperação e da articulação entre agentes governamentais, empresariais e dos mais diversos setores da sociedade. Dentre tantas mudanças necessárias, uma questão fundamental para atender aos desafios que hoje se colocam é a formação de profissionais preparados para atuar nos campos da gestão pública e da gestão social, tendo em vista a busca de desenvolvimento social equilibrada com a crescente onda de desenvolvimento econômico da última década.

As transformações ao longo das últimas décadas atribuíram à educação profissional e tecnológica um valor estratégico para a busca do desenvolvimento nacional. Neste contexto de rearticulação e redefinição de papéis entre organizações do Estado, do mercado e da sociedade verificou-se a necessidade de formação de um profissional com as características elencadas no perfil idealizado, que se torna muito importante para a ampliação da consciência de que os desafios somente podem ser enfrentados com a criação de uma agenda de discussão capaz de atender as demandas que vão surgir com o novo “projeto de nação”. Algumas mudanças, como a rearticulação das organizações da sociedade civil com uma retomada das funções clássicas do Estado, devido principalmente ao momento econômico brasileiro e à escassez de recursos da comunidade internacional destinados as Organizações Não-Governamentais do Brasil, já estão em curso o que fará com que gradativamente o capital social seja desenvolvido e possa ao longo do tempo se forjar e ser legitimado pela sociedade, pelo Estado e pelo setor privado, porém nos parece insuficiente à formação dos profissionais existentes, na maioria das carreiras dedicados ao campo técnico ou burocrata, ou então ligadas somente a área social sem a vinculação das duas áreas de abrangência que tem uma ligação muito forte para o campo social e político.

Com este cenário de forte mudança surge a necessidade de se desenhar o perfil de um profissional ideal para servir como vetor das transformações desejadas pela sociedade. Este profissional estará presente na esfera pública como técnico-administrativo, consciente da necessidade de se buscar na base as necessidades das camadas mais afetadas pelas mazelas sociais, assim como na esfera social, como agente de campo preparado para interagir com os grupos e articular as comunidades para levantar as necessidades e construir o caminho juntos. Em ambos os casos este novo profissional deverá funcionar como mediador do eterno conflito entre a necessidade de desenvolvimento dos indivíduos, dos grupos e das comunidades e os interesses dos detentores do poder. Os desafios propostos são inúmeros e a formação deve ser pautada pela busca incessante de forjar e lapidar nos futuros gestores públicos e gestores sociais a necessidade de mudar a ordem vigente, passando de uma sociedade individualista e consumista, produto do sistema capitalista que atualmente domina o cenário mundial e tem como condição básica as desigualdades, para uma sociedade mais equilibrada e sabedora que enquanto não se incluir as necessidades dos marginalizados não se avançará enquanto nação, sabendo que as mudanças necessárias podem durar gerações.

Nosso questionamento parte de uma lógica interpretativa que não nos permite uma abordagem com fronteiras estanques, recortes exatos, com fronteiras claras quanto à posição onde começa um campo de atuação e termina outro. Desse modo, foi contextualizado num processo que compreende a interpretação a partir de três olhares (Figura 1).

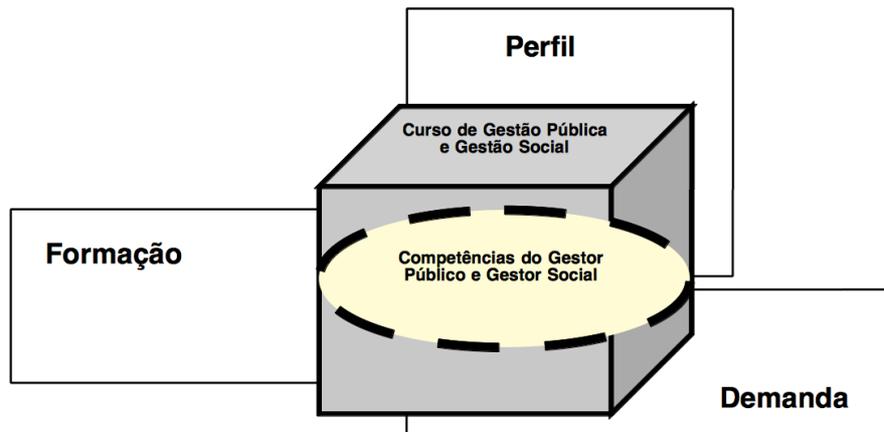


Figura 1: Estrutura proposta para a pesquisa

Fonte: Elaboração própria, 2010

Para um entendimento das questões envolvidas nesse processo foi conduzida uma pesquisa com três eixos, articulando os Trabalhos de Conclusão de Curso de outros dois graduandos concluintes da primeira turma de formação de Gestão Pública e Gestão Social da UFBA, Marcelo Ribeiro Moura e Ediomaria Hélia da Silva Rosa, que buscavam avaliar o perfil dos ingressos e a demanda profissional por tecnólogos em Gestão Pública e Gestão Social, respectivamente. Nosso objeto de estudo foi a formação do gestor no Curso de Graduação Tecnológica em Gestão Pública e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia - UFBA, na Escola de Administração - EAUFBA. Com a intenção de verificar as competências necessárias à atuação do futuro gestor, sua formação por meio do instrumento curricular idealizado e a aderência dos alunos. Verificar se as hipóteses quanto à formação do gestor público e gestor social se mostraram compatíveis com os perfis dos alunos e qual é o perfil do gestor que foi formado durante o curso, levando em consideração, também o perfil daqueles que num primeiro momento são movidos pela inquietude que vivem e buscam ferramentas para uma mudança.

A pesquisa integra o Observatório da Formação em Gestão Social, no eixo avaliação, com ênfase no Curso de Graduação Tecnológica em Gestão Pública e Gestão Social, da Universidade Federal da Bahia. O Observatório da Formação em Gestão Social reúne pesquisadores de quatro diferentes universidades brasileiras, sob a coordenação da UFBA/CIAGS, com o objetivo de reunir, observar, avaliar e produzir conhecimentos sobre a oferta formativa em Gestão Social.

CONTEXTO ATUAL

A formação de profissionais para atuar no campo da gestão pública e da gestão social é um desafio que a universidade pública brasileira não pode deixar de enfrentar. Neste caminho, a Universidade Federal da Bahia - UFBA, através da Escola de Administração – EAUFBA, consciente de sua função implementou em 2009 uma nova proposta de Graduação Tecnológica em Gestão Pública e Gestão Social a partir de uma proposta gerida pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – CIAGS. A EAUFBA/CIAGS mantinha desde 2006 cursos de pós-graduação em Gestão Social, incluindo um Mestrado Profissional.

O PARECER CNE/CP N° 29/2002 que Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo traz a seguinte abordagem quanto à formação na graduação tecnológica:

A proposta do MEC apresenta os cursos superiores de tecnologia como uma das principais respostas do setor educacional às necessidades e demandas da sociedade brasileira, uma vez que o progresso tecnológico vem causando profundas alterações nos modos de produção, na distribuição da força de trabalho e na sua qualificação. O documento do MEC pondera que a ampliação da participação brasileira no mercado mundial, assim como o incremento do mercado interno, dependerá fundamentalmente de nossa capacitação tecnológica, ou seja, de perceber, compreender, criar, adaptar, organizar e produzir insumos, produtos e serviços. O MEC reafirma, ainda, que os grandes desafios enfrentados pelos países estão, hoje, intimamente relacionados com as contínuas e profundas transformações sociais ocasionadas pela velocidade com que têm sido gerados novos conhecimentos científicos e tecnológicos, sua rápida difusão e uso pelo setor produtivo e pela sociedade em geral” (BRASIL. MEC).

A atividade de gestão parece ser cada vez mais reconhecida pelos distintos campos profissionais, impulsionada pela recente difusão do conceito de responsabilização das atividades chamadas de gestão. A incorporação desta dimensão de gestão parece, assim, ser cada vez mais problematizada e assumida pelas esferas pública e social, num movimento que parece acompanhar a gestão privada por certos aspectos. Como por exemplo, num hospital público o Diretor é um médico, naturalmente um dos mais experientes no exercício da medicina, mas qual a perspectiva que será um bom gestor, dadas as características necessárias ao perfil do profissional que deve ser afeto as causas sociais e aos instrumentos de exercício do poder público.

Gestão social pode se referir tanto a um modo de gerir, a um campo de ação política e organizacional ou, ainda, a uma finalidade da gestão (FRANÇA FILHO, 2008). Um modo de gerir que se diferencia de padrões hierárquicos e centralizados típicos de formas tradicionais de gestão empresarial e de gestão pública burocrática, ao dar centralidade à dimensão dialógica e relacional da gestão (TENÓRIO, 2002; 2004). Um campo de ação política e organizacional caracterizado por novos padrões de articulação entre Estado e sociedade, em torno de estruturas e estratégias de governança que englobam diferentes atores e organizações, sejam eles de origem governamental, empresarial ou da sociedade civil, em prol de interesses comuns. Ou, ainda, um tipo de gestão voltada para o social (FRANÇA FILHO, 2008), notadamente para demandas de grupos sociais específicos ou para políticas e projetos sociais. O termo enfrenta resistências, por exemplo, entre aqueles que perguntam “qual gestão não é social?”. Nesse sentido, o pesquisador Fernando Tenório, uma das lideranças da Rede de Pesquisadores em Gestão Social, defende a adjetivação da gestão como social ao observar que a gestão tradicional (ou estratégica, nos termos usados pelo pesquisador), tanto na área empresarial como pública, abandonou sua ligação evidente com a dimensão social, sua ligação com os sujeitos que afetam e são afetados pela gestão.

A FORMAÇÃO DO TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL

O objeto avaliado foi o curso de Graduação Tecnológica em Gestão Pública e Gestão Social, da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, tendo como objetivo a contribuição para construção de um perfil do gestor egresso, onde o projeto político pedagógico administrativo será confrontado com o instrumento curricular proposto e o vivido em sala de aula. Busca aperfeiçoar o sistema de formação deste campo de atuação tão presente na vida da sociedade, que é influenciada e influencia todos os processos de gestão pública e gestão social. Este campo de atuação necessita de uma rápida evolução, para que se possa deixar de pisar em terrenos incertos e se busque formar operadores de políticas públicas comprometidos com as necessidades mais prementes da sociedade.

A mobilização de recursos para avaliação da formação do tecnólogo em gestão pública e gestão social se justifica devido a necessidade de se estabelecer um perfil profissional capaz de agregar o interesse do cidadão que busca ferramentas de mudança com as hipóteses quanto as

competências propostas serem as ideais para o avanço social pretendido. Outro ponto importante, em nossa concepção, é a busca pelo desenvolvimento social equilibrado com o econômico.

Nossa proposta de avaliação parte de uma lógica interpretativa que considera a complexidade social muito além da capacidade de resolução técnica, tecnicista, matemática ou capaz de considerar um custo-benefício economicamente viável para determinadas lacunas. O cenário construído ao longo da evolução histórica clama pela ação direta do Estado em defesa das camadas menos favorecidas da sociedade. As desigualdades entre a propagação de desenvolvimento presente no mesmo território não estão sendo minimizadas ou sequer combatidas. A possibilidade de acesso a tecnologias modernas não acontece naturalmente. A abordagem que apresentamos sugere um conceito de desenvolvimento social como algo amplo, que deve ser perseguido pelo Estado com a mesma avidez que o mercado defende a manutenção da ordem vigente. O momento atual nos faz questionar quando, se é que algum momento, iremos viver o “bem estar social” que outras sociedades já atingiram e nos mantém focados na necessidade de defender a ação de um Estado que contemple não apenas o interesse do capital e do mercado mas seja capaz de atuar em defesa dos interesses sociais com mais firmeza. Neste ponto há a necessidade de pontuar que não vemos na gestão pública e gestão social uma forma de gestão das mazelas sociais ou uma gestão voltada apenas para os marginalizados. A gestão pública e gestão social deve atender a todas as camadas da sociedade, guardando as fronteiras frágeis entre os níveis de avanço diferenciados, buscando interagir com os recursos disponíveis a partir da necessidade problematizada pelos diferentes grupos sociais.

Foram observadas algumas oportunidades de reflexão sobre o perfil desejado pelos alunos, a aderência ao projeto político pedagógico e a capacidade de intervenção do instrumento curricular. Como o curso é novo a maioria dos alunos ingressos não conhece a proposta de formação planejada e numa relação difusa são levados pela denominação do curso e pelo fato de ser oferecido na Escola de Administração a pensar na aproximação ao mundo da administração pública burocrática tradicional. Quando começa o curso o aluno que é movido pelo sentimento de mudanças necessárias do contexto social, mesmo que inicialmente esteja mais interessado pelo campo da gestão pública, se mantém motivado. Já o aluno que só se interessa na aquisição de instrumentos de ação pública e verifica uma predominância pelo viés social do curso fica desestimulado. Uma possível solução deste óbice será o amadurecimento do curso de Graduação Tecnológica em Gestão Pública e Gestão Social e o estabelecimento de um perfil profissional, onde os interessados possam conhecer com antecipação a proposta de formação. Uma análise do Projeto Político Pedagógico, das ementas das disciplinas e da grade curricular denota um equilíbrio entre os campos da gestão pública e da gestão social, porém durante o currículo vivido em sala de aula houve uma predominância pelo campo social. Naturalmente sabemos que as fronteiras não são claras nestes dois campos de atuação possíveis e há uma relação de interferência mútua, porém para minimizar o efeito da evasão proporemos uma aproximação das disciplinas por esfera de atuação pública, social e de formação geral, onde mesmo que o interesse seja pelo campo da gestão pública o aluno terá este recorte desde o início e poderá focar no seu campo de interesse, sem deixar de navegar pelo campo da gestão social e vice-versa.

Santos (2004 in CRAIDE 2009) critica a formação ferramental, salientando que esta é de suma importância, porém secundária na relação com a formação analítica e destaca, ainda, a necessidade de se formar um profissional crítico, capaz de ir além do instrumental técnico e participar do processo de “Administração política” em sua perspectiva “macro”. O perfil idealizado para o gestor egresso tem essa intenção. Para que o gestor egresso possa atuar no assessoramento dos processos de mudança é necessário ir além do campo técnico, a ação deve ser orientada por princípios, voltada para o desenvolvimento das coletividades. A gestão coletiva deve ser orientada para o social, o que remete a uma gama de desafios que ultrapassam a fronteira do território local onde as fronteiras não podem ser estanques nem limitadas ao instrumental disponível.

O gestor público e gestor social deve dispor de competências relacionadas à esfera pública, contudo não pode se manter incógnito nos debates das questões sociais. No perfil idealizado cabe o equilíbrio das possíveis áreas de atuação pública, social, terceiro setor e privadas. A palavra gestão tem uma amplitude de ações muito grande por si só, de origem latina (gerir: gerere) possui dois sentidos mais diretos, o de dirigir e regular (CUNHA, 1997). A ação esperada do gestor é uma direção e de regulação dos processos, sendo que dirigir refere-se ao ato de guiar e regular. A ideia é de guiar dentro de regras. Quando agregamos ao conceito de gestão o “público e social” carregamos de interpretações de público e privado, suas interfaces e fronteiras e suas ambiguidades e ambivalências.

O PERFIL DO GESTOR EGRESSO

Com um perfil projetado para médio prazo, o gestor egresso terá na sua bagagem um leque de opções e deverá empregá-las à medida que a situação cotidiana lhe solicitar. Porém, ainda, não há em nosso ponto de vista uma referência na formação, devido ao perfil dos alunos e professores presentes no curso, há uma metamorfose constante de modo que a dinâmica das disciplinas vem sendo aperfeiçoada durante o processo. Analogicamente, Macedo apresenta: “ Sabemos que a formação acontece no sujeito e sua condição” (MACEDO, 2010 p. 115) e numa outra abordagem ainda discute a relação do instrumento curricular como um “texto em constante escrita” numa referência aos “Atos de Currículo” (MACEDO, 2010, p 35) e sua capacidade de transformar em atores curriculares todos os participantes do processo de formação, sejam eles planejadores, professores ou alunos, visto que, como o perfil do gestor egresso foi projetado e ainda não se consolidou.

Estas provocações nos levam a alguns questionamentos, cujas possíveis repostas serão voltadas para o instrumento curricular, a proposta político pedagógica e os “atos de currículo” ou a vivência nas disciplinas do Curso de Graduação Tecnológica em Gestão Pública e Gestão Social.

Nesse momento nos parece oportuno fazer uma analogia ao que João Ubaldo Ribeiro afirma sobre o bacharel em administração quando se torna parte do instrumental da instituição a que se dedica: Autor de projetos de implantação, técnico em organização e métodos, perito em computadores eletrônicos, o administrador terá a sua função estritamente definida. Obedecerá às diretrizes de sua organização, seja ela pública ou privada. O problema, portanto, é claro. Dessa forma, participará também o administrador do mecanismo de tomada de decisão ou permanecerá no nível estritamente executório? Formado como simples técnico o administrador tenderá a ser percebido como executor. A profissão se caracterizará, assim, pelo seu feitiço subordinado, por ser uma carreira menor, entre outras. Tal caracterização permanecerá inescapável, caso persista a opinião de alguns setores, que vêem na Administração ainda menos que uma “arte”: uma técnica (RIBEIRO, 2006, p. 168 in CRAIDE et al 2009, p.85)

A gestão social vem ganhando reconhecimento como expressão de um campo de práticas, conhecimentos e interações entre pesquisadores e gestores, no interior das fronteiras acadêmicas e para além delas, incorporada em disciplinas, pesquisas, publicações, eventos, discursos gerenciais e agendas de governos, associada à abertura de mercados profissionais (BOULLOSA; SCHOMMER, 2008).

A experiência de imersão no mundo da gestão pública e gestão social é um grande desafio capaz de minimizar o efeito racional e tecnicista comum na atualidade e colaborar para a mudança dos óculos cognitivos nos permitindo ampliar o horizonte de ação da gestão, uma gestão complexa como a vida em sociedade, onde os espaços vem sendo forjados ao longo do tempo com a participação decisiva dos donos do poder. Uma disputa desleal que só se verifica quando se consegue ler a realidade social a partir do sujeito marginalizado. As dificuldades de inserção no mundo das Políticas Públicas e Políticas Sociais que são um direito presente na teoria, mas uma

realidade longínqua para uma grande parcela da população brasileira. Nota-se que a evolução e o desenvolvimento econômico e social não são apenas uma questão de propagação ou uma ação normal, desejada e que acontecerá naturalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos da sociedade vão em busca da manutenção do sistema vigente e a mudança desejada só virá quando a contextualização política econômica e social for desnudada, mostrando a parte subliminar dos eventos, aquilo que o sistema dominante não permite que uma parcela significativa da sociedade perceba. Por exemplo, como o diretor do Fundo Monetário Internacional age em função da macro-economia para defender os interesses do capital, classificando investimentos no campo social como gastos públicos e cortando-os para ajustes de fluxo de caixa nos países subordinados do sistema capitalista mundial e manter a possibilidade de honrar os compromissos firmados com os financiadores.

Nossa hipótese interpretativa da formação do gestor público e gestor social se baseia na competência de análise da realidade. O gestor egresso deverá dispor no seu cabedal de instrumentos de uma análise crítica de situações, uma postura de construção coletiva das soluções a partir dos problemas, com o olhar do indivíduo que sente a questão mais de perto, evitando replicar soluções de sucesso em cenários distintos. Vivemos uma “Guerra do fogo” diária. Há uma disputa no mesmo território entre sociedades com diferentes níveis de desenvolvimento, umas muito avançadas e outras muito atrasadas. Na Cidade de Salvador, por exemplo, temos uma qualidade de vida comparada aos níveis dos países nórdicos nos bairros nobres e uma desprezível, que se assemelha aos países menos desenvolvidos do planeta na maioria da cidade. Para que o Gestor seja capaz de dirigir e regular os processos que envolvem as questões públicas e sociais é necessário que tenha desenvolvido competências não apenas instrumentais, mais de relacionamento e decisão com forte implicação nos resultados sociais que muitas vezes são de difícil mensuração por índices de custo-benefício.

Por fim, as recomendações apresentadas são no sentido de se fortalecer a necessidade de formar no gestor egresso um olhar crítico sobre a situação vivida e empregar as competências desenvolvidas no campo de atuação desejada de maneira ampliada. Procurando integrar os saberes do campo social com os instrumentos de gestão pública, sem estabelecer hierarquias entre eles. Buscar uma base analítica capaz de interagir com os diversos grupos presentes no contexto social, crescer e ser o “mediador orientado a promoção dos indivíduos, grupos e coletividades”.

REFERÊNCIAS

- AMATUCCI, Marcos. Método para a construção do perfil de Competências do egresso de curso de Administração. *Revista Administração e Diálogo*, v. 12, n. 1, 2009, p. 89-108.
- BOULLOSA, R.F. Projeto de Pesquisa de Inovação: Observatório da Formação em Gestão Social, 2010.
- BOULLOSA, R.F. Reflexões sobre o Projeto Político Pedagógico da Graduação Tecnológica em Gestão Pública e Gestão Social (mimeo). Março de 2011.
- BOULLOSA, R.F. e TAVARES, E. Avaliação e Monitoramento de Projetos Sociais. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010B

BOULLOSA, R. F. e SCHOMMER, P.C. Limites da Natureza da Inovação ou Qual o Futuro da Gestão Social? Anais do XXXII ENANPAD – Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 11.195/2005, de 18 de novembro de 2005. Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2005>. Acesso em: 26 Jun. 2011.

BRASIL. MEC. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo. PARECER CNE/CP n. 29/2002. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer292002.pdf

_____. O plano de desenvolvimento da Educação: razão, princípios e programas – PDE – Ministério da Educação, 2007.

CIAGS. Formação em Gestão Social: Um Olhar Crítico sobre uma Experiência de Pós-graduação. In: I ENANPAD - Encontro Nacional de Pesquisadores em Administração, 2006. Anais do I ENANPAD, 2006.

_____. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Tecnológica em Gestão Pública e Gestão Social, CIAGS, 2009.

_____. Grade Curricular do Curso de Graduação Tecnológica em Gestão Pública e Gestão Social, CIAGS, 2009.

CUNHA, A.G. . Dicionário Etimológico: Nova Fronteira da Língua Portuguesa. In: I ENANPAD - Encontro Nacional de Pesquisadores em Administração, 2006. Anais do I ENANPAD, 2006.

GOODSON, I. . Currículo: Teoria e história. In: MACEDO, R.S. . Currículo: Campo, conceito e pesquisa. – 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

MACEDO, R.S. . Currículo: Campo, conceito e pesquisa. – 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARCIANO, Paulo Antônio; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; PRIMO, Fernando Nascimento. IDENTIDADE DOS EXTREMOS: A construção do perfil profissional do estudante de agronomia. Artigo apresentado ao VIII congresso latino americano de sociologia rural, Porto de Galinhas, 2010.